

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação e deliberação da Administração e aos correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. As demonstrações são apresentadas conforme as disposições da legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e pelas normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário econômico mundial pouco se alterou desde o 3º trimestre de 2013, mesmo com a mudança na condução da política monetária dos Estados Unidos, com a posse da nova presidente do Federal Reserve (FED), e não há sinais de bruscas mudanças com relação à política anterior. Na Zona do Euro há ainda um forte cenário de recessão, não se vislumbrando alterações no curto prazo.

No Brasil, o ano foi marcado pelo aumento de taxas de juros, pressões inflacionárias, elevado grau de volatilidade cambial e nível de endividamento dos consumidores. Ainda há uma forte desconfiança por parte dos investidores em relação à condução da política fiscal brasileira e resistência por parte do governo em reduzir seus gastos.

O crescimento do PIB brasileiro em 2013 foi de 2,3%, sendo este o 4º ano seguido de crescimento menor do que os da América Latina e Caribe que apresentaram um crescimento médio de 3,2%. Com efeito, segundo o FMI, o Brasil deverá perder posições entre as maiores economias do mundo, caindo para o 9º lugar, perdendo posições para Itália e Rússia, que ocuparão o 8º e 7º lugares, respectivamente.

O ano de 2014 inicia com perspectiva de raciocínio de água e energia elétrica, continuidade de aperto na política monetária e de volatilidade no câmbio, que levam a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais (ITR) do 3º trimestre de 2013, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

Em 24 de janeiro de 2014, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, cujo objetivo é viabilizar a superação da crise econômico-financeira da Companhia.

O plano apresentado contempla uma série de medidas que visam a melhoria de seus resultados operacionais, do equacionamento das dívidas dentro dos prazos e condições compatíveis com a sua disponibilidade e de acordo com a lei. Dentre elas, podemos destacar:

(a) governança: considerando que o Conselho de Administração se encontra com a sua composição mínima, a Companhia incorporará conselheiros independentes; o atual presidente do Conselho de Administração, que acumula o cargo na função de Presidente, deverá deixar esta última posição e contratar um novo Diretor Presidente. A Companhia contratou Diretor Comercial em dezembro de 2013 e para complementar a sua diretoria deverá contratar Diretor Financeiro e Industrial. **(b) reestruturação organizacional:** foi formado um Comitê Executivo para recuperação da Companhia. Este comitê tem a coordenação do CRO (Chief Restructuring Officer), executivo anteriormente responsável pela Auditoria Interna, sendo que ambos os cargos respondem para o Conselho de Administração. Este comitê já iniciou um programa de redução de custos e despesas operacionais e administrativas, por meio de integrações e reestruturações. A Sede da Empresa foi transferida para um escritório de menor dimensão em São Paulo e a equipe administrativa foi reduzida e transferida para a instalação fabril de São Bernardo do Campo. Nos negócios de Rodas, Cilindros e Aços estão sendo feitas análises aprofundadas dos processos de produção e racionalização da força de trabalho.

Como parte do processo de RJ, a Empresa está aguardando a publicação dos editais contendo o aviso de entrega do Plano de Recuperação Judicial e a realização de audiências para apresentação do plano de recuperação. O plano de recuperação foi submetido à Assembleia Geral dos Credores. A aprovação e o sucesso desse plano de recuperação econômica é condição necessária para permitir à Companhia a realização de seus ativos pelos valores apresentados nas suas demonstrações contábeis e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas atividades.

DESEMPENHO CONSOLIDADO (*)

RS Milhões	2013	2012
Receita Bruta	620,7	835,9
Receita Líquida	487,4	648,3
Mercado Interno	465,2	611,4
Mercado Externo	22,2	36,9
CPV	(468,8)	(579,3)
Lucro Bruto	18,6	69,0
Margem Bruta	3,8%	10,6%
Despesas Operacionais		
Vendas, Adm. e Gerais	(53,4)	(77,4)
Outras Receitas (Despesas)	(17,4)	(84,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(52,2)	(92,4)
Resultado Financeiro	(53,9)	(56,9)
Despesa Financeira	(45,0)	(54,8)
Receita Financeira	7,2	13,8
Varição Cambial Líquida	(16,1)	(15,9)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(106,1)	(149,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31,2)	0,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(137,3)	(148,9)

(*) 2012: inclui operações de Aços, Estamparia Automotiva e Galvanização.

Em decorrência da descontinuidade do negócio de Galvanização em Setembro de 2012, da Estamparia Automotiva a partir de Janeiro de 2013 e paralisação em Julho de 2013, das operações de aços desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo, as vendas brutas consolidadas da companhia em 2013 apresentaram redução de 25,7% quando comparadas a 2012.

O plano de desempenho operacional e financeiro da Companhia em 2013 foi diretamente influenciado pelos altos custos de fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como pela fraqueza demandada por produtos e serviços relacionados ao setor de GLP. Além disso, a desvalorização do Real de 14,6% em 2013 trouxe impacto imediato nos custos diretos e margens operacionais da Companhia, atingindo, principalmente, o custo do alumínio, matéria-prima usada para rodas de liga leve. Outros produtos utilizados na produção, como solventes e tintas, também tiveram seus preços aumentados em decorrência da desvalorização do Real.

Seguem abaixo demonstrados os resultados das operações descontinuadas:

RS Milhões	2013	2012
Receita Líquida	26,4	170,7
CPV	(38,7)	(178,0)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(12,3)	(7,3)
Despesas operacionais/financeiras	(9,5)	(44,9)
Outras (despesas) receitas operacionais	8,4	(75,1)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(13,4)	(127,3)

As operações de Aços foram totalmente descontinuadas em Julho de 2013. Este negócio contabilizou prejuízo de R\$216 milhões, desconsiderando o valor de R\$8,2 milhões referentes à reversão de provisões trabalhistas e ambientais associadas à descontinuidade do negócio. O resultado das operações descontinuadas da Companhia está abaixo demonstrado:

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores expressos em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2013	Controladora	31/12/2012	Consolidado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.16.6b; 7;	13.690	126.174	26.090	171.375
Títulos e valores mobiliários	6b;	3.104	24.142	3.170	24.142
Contas a receber de clientes	6b;9;	33.044	51.085	37.751	54.041
Estoque	2.14.10;	73.520	48.281	85.243	58.834
Outras a receber	6b.11	28.155	27.257	29.779	29.013
Despesas do exercício seguinte		336	526	339	529
Adiantamento a fornecedores		3.438	7.658	3.884	7.792
Outros ativos		6.207	5.977	6.337	7.806
		161.494	291.100	192.593	353.532
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	2.4;				
Ativos de operações descontinuadas	2.4.2.5	76.893	81.884	76.893	81.884
Tributos a recuperar	11	2.110	5.380	2.111	5.380
Tributos diferidos			30.267		30.267
Depósitos judiciais	16	8.776	7.567	8.976	7.765
Outros ativos	2.4;	749	102	889	223
Investimentos	4.1.;		58.440		
	4.2.4.3	24.100			
Imobilizado	2.12.12;	146.468	165.928	158.080	178.377
Intangível	2.13.13	9.047	16.685	9.047	16.686
Diferido		20	81	26	437
		268.163	366.334	256.022	321.381
Total do Ativo	5	429.657	657.434	448.615	674.913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

As informações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (a seguir designada "Controladora", "Companhia", ou "Mangels"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 14 de abril de 2014.

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Laplace, 74 - 1º andar - conjuntos 11 e 12 - São Paulo/SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhamentos vazios de GLP e centro de serviço de aço.

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e publicado em 20 de março de 2013, a Mangels alienou o negócio de Galvanização e decidiu descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo/SP. Também, o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações/MG foi descontinuado.

Maiores detalhes sobre essas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

1.1. Recuperação Judicial

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

A Mangels sempre foi uma Companhia operacionalmente saudável, no entanto, no final de 2012, antecipando a crise financeira que se encontra, a Companhia tomou a decisão de descontinuar o negócio de aços que vinha apresentando resultado negativo e implantar o processo de desmobilização com a venda dos ativos desse negócio.

Seu primeiro nove meses de 2013, a Companhia estava conduzindo o processo de reestruturação da sua dívida, buscando prazos e taxa de juros em condições mais favoráveis. E, conforme divulgado no relatório do 2T13, a Companhia assinou "Term Sheet não vinculante" com os principais bancos credores nacionais e em Setembro de 2013 um "Term Sheet não vinculante" com o banco alemão DEG e o holandês FMO.

No entanto, após avaliação criteriosa das condições acordadas, que seja pelas garantias exigidas, que seja pelas taxas de juros fixadas, as negociações não resultaram em bom termo para a Companhia, e portanto não foram aprovadas pelas assembleias controladoras.

Atualmente, a Companhia possui uma estrutura de capital inadequada, sendo que vários foram os fatores que levaram a tal situação, entre eles: a retração global do crédito no mercado desse e da indústria de aço internacional de 2008; o pagamento de R\$ 54 milhões de débitos tributários em 2009; os investimentos que não tiveram sucesso em sua implantação, notadamente no negócio de aços, que acumulou prejuízos operacionais de R\$ 86,1 milhões de 2011 a 2013.

Em 2013 os resultados apresentados pela Companhia não foram satisfatórios, principalmente no negócio de Rodas. A superação da crise que atravessa não se dará somente com medidas de gestão, necessitando claramente de alongamento e ou suspensão de pagamento da dívida bancária por um período, de compras de matéria-prima e de insumos e preços e condições mais favoráveis que os atuais e de investimentos, para alavancar ganhos de produtividade. Desta forma, não restou a Companhia outra alternativa senão recorrer ao expediente legal da Recuperação Judicial.

A Companhia contratou o escritório "Renato Mange Advogados Associados.", para o processo de Recuperação Judicial e o escritório "Mac Nicol, Rocha & Zanella Negociações Ltda.", para a elaboração do Plano de Recuperação e negociação com credores.

Em 24 de janeiro de 2014, foi apresentado o Plano de Recuperação, cujo objetivo é viabilizar a superação da crise econômico-financeira da Companhia, com a finalidade de manter a fonte produtora, do emprego e os interesses dos credores, de forma a equacionar as dívidas dentro dos prazos e condições previstas na lei e compatíveis com as disponibilidades financeiras da Companhia.

No momento, o processo de Recuperação Judicial está aguardando a publicação dos editais contendo o aviso de entrega do Plano de Recuperação e a relação elaborada pela Administradora Judicial, nomeada pelo Juiz, KPMG Corporate Finance Ltda.

Em seguida, os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e/ou objeção ao plano de recuperação, no prazo de 30 dias, ambos contados da publicação do edital. Após isso, o Plano será submetido à Assembleia Geral dos Credores.

A aprovação e o sucesso desse plano de recuperação econômica é condição necessária para permitir à Companhia a realização de seus ativos pelos valores apresentados nas suas demonstrações contábeis e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas atividades.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em regime normal de operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

O plano de recuperação judicial apresentado prevê uma Reestruturação Organizacional com a contratação de um CEO, diretor financeiro e industrial, uma Reestruturação Operacional, e uma proposta de pagamento aos credores.

1.1.1. Plano de Recuperação Judicial

Para elaboração do plano de pagamento, foram consideradas as dívidas até a data do pedido de recuperação judicial, as quais foram agrupadas em três classes de credores. Abaixo segue demonstrados os valores em 31 de dezembro de 2013:

A - Credores sujeitos à Recuperação Judicial - 31/12/2013

Fornecedores	Empréstimos	Total
I - Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista	-	1.191
II - Credores trabalhistas com reserva de valores	-	96.434
III - Titulares de créditos com garantia real	2.141	94.293
IV - Titulares de créditos quirografários	31.701	291.549
Total Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	434.282
B - Dívida Fiscal Tributária	-	8.067
C - Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)	-	17.678
Total não sujeito à Recuperação Judicial	-	17.678
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	460.027

RS Milhões	2013	2012
Receita Bruta	582,8	596,5
Receita Líquida	461,0	474,3
Mercado Interno	440,1	445,6
Mercado Externo	20,9	28,7
CPV	(430,1)	(401,4)
Lucro Bruto	30,9	73,0
Margem Bruta	6,7%	15,4%
Despesas Operacionais		
Vendas, Adm. e Gerais	(44,5)	(44,2)
Outras Receitas (Despesas)	(25,8)	4,9
Lucro (Prejuízo) Operacional	(39,4)	33,6
Resultado Financeiro	(53,3)	(55,6)
Despesa Financeira	(44,3)	(53,2)
Receita Financeira	7,2	13,8
Varição Cambial Líquida	(16,2)	(16,2)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(92,7)	(22,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31,2)	0,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(123,9)	(21,6)

As vendas líquidas consolidadas de 2013 atingiram o montante de R\$ 461,0 milhões, 2,8% abaixo do faturamento apresentado em 2012, sendo que a diminuição é reflexo da desvalorização cambial e a fraqueza demandada do setor de GLP ambos mencionados anteriormente.

O lucro bruto consolidado foi de R\$30,9 milhões, valor inferior em 57,7% ao apresentado em 2012. Este resultado é decorrente, principalmente, dos aumentos da matéria prima alumínio que é cotado em dólar norte-americano, dos aumentos dos materiais auxiliares não repassados aos preços, e do empobrecimento do mix de produtos produzidos pela Unidade Fabril de Manaus.

As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$44,5 milhões em 2013, versus R\$44,2 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior. O valor de R\$25,8 milhões registrado na rubrica **outras receitas (despesas)** em 2013 é decorrente da amortização do ágio baseado em rentabilidade futura (R\$13,6 milhões), de despesas de impostos extemporâneos (R\$3,6 milhões), de provisões para contingências e despesas com o ERP SAP (R\$5,4 milhões) e de despesas com recuperação judicial (R\$1,2 milhões), além de outras despesas, conforme demonstradas nas notas explicativas nºs 22.1 e 22.2.

Desta forma, o resultado operacional de 2013 foi de R\$39,4 milhões de prejuízo versus lucro de R\$ 33,6 milhões registrados em 2012. As despesas financeiras líquidas totais foram de R\$ 53,3 milhões, significando uma redução de 4,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Neste ano foi revertido o valor de R\$30,9 milhões de impostos diferidos ativos registrados na rubrica **imposto de renda e contribuição social** em vista que as atuais provisões de lucratividade futura não demonstraram lucro tributável em prazo adequado para suportar tal ativo.

Resultado líquido consolidado das operações continuadas de 2013 foi prejuízo de R\$123,9 milhões, frente aos R\$21,6 milhões registrados em 2012.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

	2013	2012
Receita Bruta	84,9	74,3
Receita Líquida	75,0	71,5
Mercado Interno	75,0	71,5
Mercado Externo	(64,4)	(52,1)
CPV		
Lucro Bruto	10,6	19,4
Margem Bruta	14,2%	27,2%

Conforme comentário anterior, o negócio de Relaminação em São Bernardo do Campo foi descontinuado em Julho de 2013. A produção do Eno V para o segmento de automóveis, também em São Bernardo do Campo, foi interrompida no mesmo mês, e os respectivos equipamentos foram transferidos para a fábrica da Mangels em Três Corações, onde reiniciaram a produção deste produto alguns meses depois. Já os produtos de aço para a indústria de motocicletas são produzidos na planta industrial da Mangels, em Manaus.

A receita líquida de 2013 foi de R\$75 milhões, valor superior em 5% ao faturamento apresentado em 2012 que fora de R\$ 71,5 milhões. A margem bruta foi afetada negativamente, principalmente em decorrência da mudança do aço produzido pela planta de Manaus. Em 2012 o aço tinha um custo inferior em média de 14%, quando comparado com o produto vendido em 2013. O aço era de espessura maior, porém de menor resistência. Atualmente, o aço produzido é de resistência maior e espessura menor. Essa mudança no "mix" do produto vendido impactou negativamente a margem em R\$4,0 milhões. Outro impacto negativo foi o custo do frete para Manaus referente ao transporte da matéria prima, no valor de R\$ 2,1 milhões, para atender a demanda do cliente já contratada e não possível de repasse ao preço.

Os custos fixos incorridos na planta de São Bernardo do Campo não foram diluídos devido à menor produção, o que influenciou a baixa rentabilidade verificada no resultado deste negócio. O impacto foi uma perda de R\$0,9 milhões no lucro bruto.

	2013	2012
Receita Bruta	334,8	344,4
Receita Líquida	259,7	266,8
Mercado Interno	241,6	242,5
Mercado Externo	18,1	24,3
CPV	(254,4)	(234,4)
Lucro Bruto	5,3	32,4
Margem Bruta	2,1%	12,1%

O mercado automotivo, segmento em que o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 3,5 milhões de unidades em 2013 versus 3,34 milhões em 2012. Apesar do bom resultado da produção de veículos, as vendas dos mesmos decepcionaram, registrando queda de 1,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O faturamento líquido do negócio de Rodas foi de R\$ 259,7 milhões, valor inferior em 2,7% ao faturamento apresentado em 2012. A estrutura de produção, tanto dos custos e despesas fixas quanto das variáveis, embora adequada, leva parte de competitividade neste ano. Os principais fatores para este aumento de custo tem sido a demanda por rodas de diâmetro maior do que no passado, bem como de rodas "bright face", nova tendência do mercado. Devido ao maior peso e complexidade, estes novos produtos provocam maior desgaste nos equipamentos, bem como maior refugo e retrabalho, o que afetam negativamente a rentabilidade.

Outro fator que impactou o custo foi o aumento do preço do alumínio, consequência da desvalorização do Real em relação ao dólar, bem como o aumento de prêmio no preço, cobrado pelos produtores desse metal.

Como consequência do citado acima, a lucratividade obtida em 2013 foi menor do que em 2012.

	2013	2012
Receita Bruta	163,2	177,8
Receita Líquida	126,3	136,0
Mercado Interno	123,5	131,7
Mercado Externo	2,8	4,3
CPV	(111,4)	(114,8)
Lucro Bruto	14,9	21,2
Margem Bruta	11,8%	15,6%

	2013	2012
Receita Bruta	163,2	177,8
Receita Líquida	126,3	136,0
Mercado Interno	123,5	131,7
Mercado Externo	2,8	4,3
CPV	(111,4)	(114,8)
Lucro Bruto	14,9	21,2
Margem Bruta	11,8%	15,6%

	2013	2012
Receita Bruta	163,2	177,8
Receita Líquida	126,3	136,0
Mercado Interno	123,5	131,7
Mercado Externo	2,8	4,3
CPV	(111,4)	(114,8)
Lucro Bruto	14,9	21,2
Margem Bruta	11,8%	15,6%

	2013	2012
--	------	------

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos. Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total em 31 de dezembro de 2013. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de crédito rotativo.

Os empréstimos do DEG/FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica "Ativo de operações descontinuadas". E o empréstimo junto ao BASA tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 11,4 milhões.

As cláusulas de garantia dos empréstimos do Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e do BTG Pactual, preveem vínculos e recebíveis e aplicações financeiras atreladas a esses empréstimos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO e BTG Pactual, a Companhia deveria atender trimestralmente determinados indicadores financeiros covenants), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento às cláusulas contratuais firmadas junto ao DEG/FMO.

No 4º trimestre de 2013 a Companhia não atendeu a essas obrigações, e em razão das cláusulas de "cross default", todos os contratos, foram reclassificados para o Curto Prazo, conforme o Pronunciamento Técnico de Contabilidade - CPC nº 26, item 74.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuiu R\$ 59.615 de empréstimos vencidos.

Os empréstimos firmados estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores Nacionais	71.574	73.431	75.926	78.284
Fornecedores Estrangeiros	2.931	469	2.931	469
	74.505	73.900	78.857	78.753

Alguns fornecedores estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora		Provisão para riscos e discussões judiciais		Controladora		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	3.023	2.543	1.070	443	3.023	2.543	1.070	443
Trabalhistas e previdenciárias	4.321	3.592	8.531	7.282	4.321	3.592	8.531	7.282
Outras	1.432	1.432	3.876	2.566	1.432	1.432	3.876	2.566
	8.776	7.567	13.477	10.291	8.776	7.567	13.477	10.291

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.282	443	2.566	10.291
Adições	1.291	627	-	1.918
Baixas	(42)	-	-	(42)
Atualização monetária	-	-	1.310	1.310
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.531	1.070	3.876	13.477

	Consolidado		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	3.023	2.543	1.070	443
Trabalhistas e previdenciárias	4.350	3.601	8.723	7.473
Outras	1.603	1.621	3.876	2.566
	8.976	7.765	13.669	10.482

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.473	443	2.566	10.482
Adições	1.292	627	-	1.919
Baixas	(42)	-	-	(42)
Atualização monetária	-	-	1.310	1.310
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.723	1.070	3.876	13.669

Riscos classificados como prováveis - estão devidamente provisionados na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias:** são representadas por ações de compensação de PIS/COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS;
- Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

- Tributárias**
- PIS e COFINS** - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,27 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- CPMF** - compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,68 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- CSLL/IRPJ e outros** - Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente a 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por conterem venda para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,4 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- Divergência de códigos de Contribuições Retidas** - A/05 de IPI/D Drawback/MG, A/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,02 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- Previdenciárias**
- INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas** - Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e Terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,89 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- INSS e Salário Educação** - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acordo favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,61 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.
- Cíveis**

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,97 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2013.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos
Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e transações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Passivo Circulante	Receitas	Passivo Circulante	Receitas
Com empresas consolidadas				
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(16.690)	6.026 (1)	(174)	-
Mangels International Corporation	(829)	-	(829)	-
E. Koga Ltda.	(17.693)	(2)	6.026	-
CONTROLADORA				
Com empresas consolidadas				
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	-	8.025 (1)	-	-
E. Koga Ltda.	1.000	-	1.000	-
CONTROLADORA				

(1) O saldo do ativo circulante (contabilizado na rubrica outros) e das receitas referem-se à operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S.A. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) O saldo do passivo circulante são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S.A.

Empréstimos e financiamentos Com acionistas minoritários
Caixa Econômica Federal

	31/12/2013	31/12/2012
	Passivo Circulante	Passivo Circulante
	4.164	4.794

Empréstimos e financiamentos Com acionistas minoritários
Caixa Econômica Federal

	31/12/2013	31/12/2012
	Passivo Circulante	Passivo Circulante
	7.072	4.794

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado
O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5,478 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013.

A remuneração paga durante os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
	Passivo Circulante	Passivo Circulante
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	4.130	6.520
Planos de aposentadoria e pensão (1)	16	83
Outros benefícios	123	231
	4.269	6.834

(1) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.8 das Demonstrações Anuais, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários. O referido plano foi suspenso em Julho de 2013, pelo prazo de 24 meses.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito de voto e não são convertíveis em ações ordinárias, todavia têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Acionistas				
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%
YUKON FUNDO DE INVEST. AÇÕES	-	-	1.491.100	13,38%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	-	1.438.268	12,90%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	-	1.453.568	13,94%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%
Outros	4.712	0,08%	3.436.374	30,83%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Acionista				
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,001%
YUKON FUNDO DE INVEST. AÇÕES	-	-	3.129.000	28,07%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	-	1.928.800	17,30%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-	-	1.453.568	13,94%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%
Outros	4.712	0,08%	3.436.374	30,83%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%

b) Avaliação por custo atribuído
A avaliação da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos mercados de capitais na BM&F/BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2013, havia em circulação no mercado, 4.706 ações ordinárias e 11.141.291 ações preferenciais representando 64,24% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

19. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Proveniente das operações continuadas	(44.272)	(79.582)	(123.854)	-
Proveniente das operações descontinuadas	(4.792)	(8.614)	(13.406)	-
Resultado atribuível aos acionistas	(49.063)	(88.197)	(137.260)	-
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(7.13871)	(7.13871)	(7.13871)	-
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(0.72720)	(0.72720)	(0.72720)	-
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638	-

Proveniente das operações continuadas
Proveniente das operações descontinuadas

Resultado atribuível aos acionistas

Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$

Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$

Quantidade média das ações ponderadas no período

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. Resultado financeiro

20.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Juros sobre aplicações financeiras	3.956	10.217	4.876	11.529
Descontos obtidos	811	158	871	158
Outras receitas	1.212	1.802	1.453	2.075
	5.979	12.177	7.200	13.762

20.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tarifas bancárias	(400)	(963)	(473)	(985)
Juros sobre empréstimos	(29.687)	(33.859)	(30.953)	(38.015)
Juros passivos	(3.560)	(7.088)	(3.074)	(7.295)
Outras despesas	(8.195)	(5.310)	(9.773)	(6.918)
	(41.842)	(47.820)	(44.273)	(53.213)

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matérias-primas consumidas	(232.832)	(307.017)	(282.756)	(350.716)
Outros custos, despesas e receitas	(134.280)	(199.740)	(133.288)	(188.989)
Despesas com pessoal	(97.933)	(167.248)	(101.543)	(170.730)
Depreciação e amortização	(20.513)	(25.402)	(22.050)	(26.948)
Despesa por natureza	(485.558)	(699.371)	(539.637)	(737.383)
Custo das mercadorias vendidas	(378.927)	(363.975)	(430.103)	(401.351)
Com vendas	(12.072)	(12.955)	(12.727)	(13.265)
Gerais e administrativas	(29.291)	(29.121)	(31.743)	(30.950)
Outras despesas/receitas operacionais	(26.042)	3.008	(25.838)	4.871
Despesas por função - operações continuadas	(446.332)	(402.883)	(500.411)	(440.695)
Custo das mercadorias vendidas	(38.667)	(177.972)	(38.667)	(177.972)
Com vendas	(2.339)	(12.405)	(2.339)	(12.405)
Gerais e administrativas	(6.609)	(61.205)	(6.609)	(61.205)
Outras despesas/receitas operacionais	8.389	(75.106)	8.389	(75.106)
Despesas por função - operações descontinuadas	(39.226)	(296.688)	(39.226)	(296.688)
Despesas por função - Total	(485.558)	(699.371)	(539.637)	(737.383)